



XIX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (EREBD/PB)

GT 6: Livre

Comunicação oral

POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: UM OLHAR DA MUSEOLOGIA E BIBLIOTECONOMIA

Ludmilla Silva de Oliveira¹

Fernanda Costa²

Thiago Lima Souza³

Resumo: Tendo em vista a necessidade de políticas públicas mais específicas e que realmente tenham atuação no âmbito de museus e bibliotecas, essa comunicação, tem como objetivo apresentar um panorama histórico e a evolução das políticas culturais, abarcando especialmente o campo da museologia e biblioteconomia, como áreas de mesma relevância dentro das ciências sociais aplicadas. Através do método analítico-crítico e de uma pesquisa bibliográfica, nossa metodologia parte de diversas fontes de informação, onde podemos observar os desafios é perceber como problemática a implantação dessas políticas no que tange o nível da cultura e das artes. Pretende-se com essa discursão, abrir o debate sobre a temática, com perspectiva de mobilizar novos atores, que criem uma percepção para a à importância de se discutir cientificamente sobre o desenvolvimento das políticas públicas culturais para o desenvolvimento desses espaços culturais. Contudo a muito ainda a ser pesquisado e colocado em pratica sendo esse trabalho apenas uma instigação sobre o tema.

Palavras-chave: Políticas públicas; Museologia; Biblioteconomia.

¹ Graduanda em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe. Mestranda no Programa de Ciências da Religião UFS (2014). Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4482996Y1>. <ludmilla.silvadeoliveira@gmail.com>

² Graduanda de Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. costacs.fernanda@gmail.com

³ Graduando em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Iniciação científica CNPQ Currículo Lattes: < <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K8109741E5>>. tils.lima@icloud.com

Abstract: *Given the need for more specific public policies and they really have acting within museums and libraries, this communication aims to present a historical overview and the evolution of cultural policies, especially covering the field of museology and library science, as areas the same relevance in the applied social sciences. Through analytical-critical method and a literature search, our methodology of various sources of information, where we can observe the challenges is to understand how problematic the implementation of these policies regarding the level of culture and the arts. The aim of this increasing discussion, open debate on the subject, which are expected to mobilize new actors that create an awareness for the importance of scientifically discuss about the development of public cultural policies for the development of these cultural spaces. Yet much remains to be researched and put into practice and this work just a provocation on the subject.*

Keywords: *Public Policy; Museology; Librarianship.*

1 SOCIEDADE E PATRIMÔNIO

O homem ao longo da vida, sempre sentiu necessidade de guardar suas memórias, desde os antigos até a contemporaneidade, esse faz guarda utilizando diversos suportes, fazendo com que, suas memórias sejam agentes de constituição da história, dessa maneira, também são vistas como patrimônio; Nesse contexto se mostra pertinente ter como objetivo de pesquisa, apresentar um panorama histórico e a evolução das políticas culturais, trazendo uma metodologia analítico-crítica e de uma pesquisa bibliográfica, que tem por base diversas fontes.

O conceito moderno de está atrelado a “Um desenvolvimento das discussões durante e posteriores à Revolução Francesa, no final do século XVIII. Foi a partir desse momento que a noção de patrimônio como propriedade particular e herança paterna estendeu-se para os bens de uma coletividade.” (SOUZA; CRIPPA, 2009).

Contando com a escrita da história e atuação dessa, pelo tempo e levando em consideração a ligação direta que o patrimônio tem com essa, percebemos que a atuação daqueles que escrevem a história, está submetida e nas mãos de grupos dominantes, dessa maneira:

Os bens culturais, em particular, aqueles identificados por alguns segmentos sociais como patrimônio, nem sempre são reconhecidos por outros grupos; segunda, as minorias étnicas, grupos religiosos, homens e mulheres, em diversas faixas etárias, identificam-se com valores sociais que se alteram com o tempo. Portanto, um mesmo indivíduo pode vincular-se a vários grupos e, no decorrer da vida, identificar-se e migrar para outros. (PELEGRINI, 2007).

A discussão sobre patrimônio vem de debates muito mais marcantes pelo século XX, onde, diante da decorrência da grande segunda guerra, vários patrimônios foram

destruídos e memórias perdidas, fazendo com que se colocasse em pauta, discursões sobre a salva guarda do patrimônio cultural, dessa maneira, problematizar a implantação das políticas públicas no que tange o Brasil, tendo em vista o panorama histórico que antecede esse.

Em decorrência de toda modernização e discursão sobre patrimônio, foram criados documentos com o objetivo de estabelecer diretrizes de preservação e conservação, chamados de Cartas Patrimoniais, sendo documentos que passam “(...) a indicar códigos de posturas internacionais e a orientar a conduta dos profissionais atuantes na área da conservação-restauração, além de proporcionar a ampliação das noções de patrimônio e bem cultural para os países signatários” (CALDAS; SANTOS, 2013).

Dentre as primeiras cartas patrimoniais, podemos citar a Carta de Atenas 1933 e Carta de Veneza 1964, vistas como importantes, pelas diretrizes que estabelecem, pela visão de patrimônio histórico e cultural, mostrando noções que até então, estavam pouco estabelecidas. Outra importante constatação vem do íterim e criação de diversões de órgãos que tratam sobre a preservação e conservação, como guarda da cultura e memória de um determinado povo, onde a UNESCO em 1989, no panorama brasileiro, cartas como Compromisso Brasília 1970 e Carta Brasília 1995, são marcantes pelo momento de confecção e conteúdo.

2 BREVE PERPECTIVA HISTÓRICA DAS AÇÕES RELACIONADAS ÀS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL

Ao fazer um levantamento histórico sobre as Políticas Públicas Culturais no Brasil, percebemos que sua ligação direta é feita de maneira primária ao Estado Novo, que trouxe muitas mudanças no cenário governamental, com a implementação de novas diretrizes e fomento na área de educação e cultura.

As políticas públicas culturais, especificamente, envolvem um conjunto de iniciativas que tem por objetivo “promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.” (COELHO, 2004, p. 293 apud MACHADO, 2010).

Dessa forma com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e do Instituto Nacional do Livro (INL) que são iniciativas, que dentre outras, marcam a criação de ações no campo das políticas públicas culturais no Brasil; Pois esses órgãos se tornam responsáveis pela preservação da cultura, fortalecendo o sentimento de nacionalidade e preservação dos patrimônios do país.

Segundo Calabre (2007) entre 1945 e 1964, o desmembramento do Ministério da Educação e Saúde, para criação do Ministério da Saúde (MS) e da Educação e Cultura (MEC), nesse ínterim a cultura passa a ter uma breve atenção, onde museus considerados principais, como o Museu de Arte de São Paulo (MASP), passam a receber verbas, como política de financiamento.

O campo da cultura, durante a ditadura militar, é vista pelas lentes da institucionalização, o uso da cultura para criação de símbolos nacionais e uso desses pelos militares, se torna mais obvio e prevalecente; Não tendo grande marcos na evolução das vias relacionadas às políticas públicas voltadas para a cultura.

Médias evoluções e involuções marcam todo esse intervalo, até 1985, com o governo do Presidente José Sarney, que cria o Ministério da Cultura, onde juntamente sancionou a Lei, conhecida como Lei Sarney, onde os Impostos de Renda, passavam a ter ligação direta com fomento para o Ministério da Cultura.

Outro ponto de mudança no âmbito administrativo, quanto às políticas culturais no Brasil, foi a constituição de 1988, que ampliam o sentido da preservação e das políticas para tal;

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Apesar dessas iniciativas governamentais, os pressupostos para a difusão e preservação da cultura continuam sendo distantes e atuam nas áreas geográficas que historicamente tem maior visibilidade no Brasil, sendo essas o Centro-Sul.

Ainda por questões administrativas e do governo, o presidente Fernando Collor, extingue o Ministério da Cultura e revoga a Lei Sarney, por ser perceptível para a administração nacional, que havia muitas brechas e falhas na sua execução.

Nesse mesmo governo, se cria a lei Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, também chamada de Lei Rouanet, ligada ao nome do então secretário de cultura, essa tenta, mais uma vez, fazer com que iniciativa privada e cidadãos, tenham noção da importância de se investir na cultura, utilizando como meio o incentivo fiscal, sendo hoje

o principal mecanismo de financiamento e incentivo à cultura no país: “Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos (...)” (BRASIL, 1991).

Apenas em 1992 o Ministério da Cultura é recriado, onde para Machado (2010) “[...] Se apresenta como uma instituição pobre, com poucos recursos e uma diminuta estrutura organizacional, incompatível com as demandas atuais de um país permeado pela diversidade como é o Brasil.”, ainda, segundo Calabre (2007), nos últimos anos, com o governo Lula, é seu primeiro mandato, foram quatro anos de construção real desse ministério, pois desde sua criação, passou por série de crises e processos de descontinuidade.

Podemos perceber, que o panorama para as políticas de cultura no Brasil, nunca foram favoráveis, mesmo as tentativas governamentais de criação de diretrizes nunca são levadas a frente, fazendo com instituições de informação e memória, venham sendo sempre colocadas em segundo plano. Onde se torna difícil até mesmo o processo de exame da memória tanto da sociedade brasileira, como essa comunicação com uma esfera de cultura tão múltipla que abarca o país.

A esfera pública constitui-se como uma arena comunicacional através da qual, cotidianamente, vários agentes e instituições expressam seus discursos no âmbito do coletivo. É através deste espaço público e das opiniões formuladas em seu contexto, que, por exemplo, as reivindicações da sociedade civil por investimentos na área da cultura, bem como as de grupos locais por suas memórias, e outras necessidades do coletivo ativadas através da memória, poderão ser proferidas, escutadas e pensadas. (MOURA, 2011).

3 DESAFIOS DE IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS

O termo políticas culturais, surgem a partir da necessidade de viabilização de implementação da cultura na sociedade; por cultura podemos considerar a atividade fim e a política, como exclusivamente a busca pelo recurso para atingir este fim, tendo como um dos objetivos atingir todas as classes sociais.

Nestor Canclini (1998) faz uso do conceito de hibridização cultural, de modo, que serviria como uma ferramenta para desmistificar a segregação, cuja concepção é a divisão da cultura em três camadas: culta, popular e massiva. A hibridização expande-se conceitualmente nas esferas interculturais, não simplesmente em apenas um aspecto, visto a diversidade na contemporaneidade, evitando a exclusão social. Tal prática pode ser facilmente implementados em Unidades de Informação/Cultura, como: Bibliotecas,

Museus e Arquivos. Para Hasitschka et al. (2005), as unidades culturais auxiliam no processo de globalização, ao se inserirem em sistemas sociais que determinam a formação de uma identidade coletiva na sua integração na esfera pública da sociedade.

Para Boudier e Darbel (2003, p. 69) a inserção de políticas culturais, deve ocorrer paulatinamente, “extinguindo a desigualdade”, criando políticas de incentivo e estreitamento. Numa análise de público nos museus de arte, o autor alerta para:

[...] se é incontestável que nossa sociedade oferece a todos a possibilidade pura de tirar proveito das obras expostas no museu, ocorre que somente alguns têm a possibilidade real de concretizá-la. Considerando que a aspiração à prática cultural varia como a prática cultural e que a necessidade cultural reduplica à medida que esta é satisfeita, a falta de prática é acompanhada pela ausência do sentimento dessa privação. (BOURDIEU; DARBEL, 2003, p. 69)

Em detrimento a tais aspectos as unidades de informações/culturais, tem características fundamentais dentro de uma sociedade. Para Caldas (2011, p. 11), Os museus e as bibliotecas devem desempenhar na esfera pública de gestão das cidades e municípios o desenvolvimento de uma forte estratégia de marketing territorial, pois, desta maneira, alcançariam a promoção das suas políticas públicas.

Ainda sobre a importância das unidades de informações/culturais, Suarez e Tsutsui (2004) relatam que, na sociedade atual, as bibliotecas e os museus são muito valiosos para a pesquisa e para o entendimento da sociedade, por meio da disponibilização dos seus acervos.

Em decorrência das mudanças constantes as Unidades de Informação/Cultura, tem buscado focar nas ações de necessidades de uma determinada comunidade, bem como nos usuários, os quais têm se tornando cada vez mais exigentes, com isso, é importante que hajam investimentos em inovações tecnológicas, tornando mais atrativo as Unidades de Informações/Culturais. Segundo Marty (2007), a gestão ocorrida nas unidades culturais encontra apoio e reflexo nos usuários. Durante a última década, as necessidades e expectativas dos usuários das unidades culturais tornaram-se cada vez mais sofisticadas.

Dentro do panorama de Unidades de Informação/Cultura se encontra ainda as dificuldades na gestão estratégica para organizações sem fins lucrativos. A produção de serviços da UC é visualizada pela comunidade, muitas vezes, como um bem dispensável. Deveria ser criada, perante a sociedade, a imagem de instituições culturais que produzissem bens num caráter essencial à comunidade. Desta forma, agregariam valor

tanto aos seus produtos e serviços como aos governos a que pertencem. (Caldas, 2011, p. 11).

Um dos maiores percalços encontrados na elaboração de implantação das políticas culturais é o defronta mente com os poderes governamentais, afinal, vem desses o respaldo de como deverá ser usado o recurso.

As políticas públicas permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes; é abrangente e não se limita a leis e regras; é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados; embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo; envolve processos subseqüentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação (SOUZA, 2006, p. 36).

Na Convenção, aprovada em Paris em outubro de 2005, enfatiza a responsabilidade do estado para criação de políticas culturais. Reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território (UNESCO, 2006, p.3).

Em contrapartida, na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, aprovada em 2001, em relevância ao mercado, em seu artigo decimo primeiro, diz:

As forças do mercado, por si sós, não podem garantir a preservação e promoção da diversidade cultural, condição de um desenvolvimento humano sustentável. Desse ponto de vista, convém fortalecer a função primordial das políticas públicas, em parceria com o setor privado e a sociedade civil. (UNESCO, 2005, p. 211).

As tentativas de inserção e criação de temas pertinentes às políticas culturais, vem sendo discutido ao longo do tempo pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), conforme quadro abaixo:

Quadro 1 - Site da UNESCO e bibliografia utilizada

<i>Declaração Universal dos Direitos de Autor</i>	1952
<i>Declaração de Princípios de Cooperação Cultural Internacional</i>	1966
<i>Convenção sobre as Medidas que se Devem Adotar para Proibir e Impedir a Importação, a Exportação e a Transferência Ilícita de Bens Culturais</i>	1970

<i>Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural</i>	1972
<i>Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais</i>	1978
<i>Recomendação Relativa à Condição do Artista</i>	1980
<i>Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular</i>	1989
<i>Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural</i>	2001
<i>Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais</i>	2005

3.1. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECAS

O Brasil tem a maior produção editorial da América Latina e é o responsável por mais da metade dos livros editados no continente (Lindoso, 2004). Porém esbarra no obstáculo do baixo índice de leitura de sua população consequência das condições socioeconômicas e educacionais da população do país. Hoje no país possuímos uma média de leitura por ano equivalente a 1,8 livro por habitante, onde:

Transformar o Brasil em um país de leitores não é tarefa fácil, sobretudo no contexto da sociedade da informação no qual novos suportes da informacionais direcionam as políticas não apenas as práticas leitoras e para a alfabetização cidadã, mas principalmente para o domínio das novas tecnologias muitas vezes distantes da formação do cidadão leitor e apenas instrumentalizadoras de habilidades primárias que tem como objetivo incluir o cidadão nessa sociedade. (ROSA; ODDONE, 2003, p. 15).

As políticas públicas direcionadas ao livro têm início no Decreto-lei nº 93 de 21 de dezembro de 1937, que criou o Instituto Nacional do Livro (INL) como o objetivo de organizar e publicar a Enciclopédia Brasileira e o Dicionário da Língua Nacional, editar obras de interesse para a cultura nacional, criar bibliotecas públicas e estimular o mercado editorial mediante promoção de medidas para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país. (Oliveira, 1994).

Em 1973, o Instituto é reestruturado por meio do Decreto nº 72.614 de 15 de agosto e passa de “editor” para “promotor de publicações” de interesse educacional, científico e cultural. O INL contribuiu para o desenvolvimento da biblioteconomia, formação de recursos humanos, bem como o desenvolvimento da biblioteca pública.

Outras políticas para o setor surgiram expressas na forma de leis, mais específicas, como é o caso da lei do Direito Autoral Lei nº 9.610/98 e a denominada Política Nacional do Livro Lei nº 10.753/2003. As políticas também se manifestaram por meio de programas governamentais, como *Proleitura*, *Programa Nacional de Incentivo*

à *Leitura (PROLER)*, *Fome de Livro e Vivaleitura*, assim como programas mais específicos voltados para o livro didático e a biblioteca escolar – *Programa Nacional de Biblioteca Escolar (PNBE)* e o *Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)*. Sobre a leitura temos o Plano Nacional do Livro e a Leitura que atua nos seguintes eixos: democratização do acesso; fomento à leitura e à formação; valorização da leitura e da comunicação; e apoio a economia do livro. (PNLL, 2006, p. 22).

O impacto de políticas de estilo uniformizador, centralizador e tecnocrático para bibliotecas foi evidenciado no 1º censo Nacional de Bibliotecas Públicas Municipais, realizado no período de setembro a novembro de 2009 e publicado em 2010. Em sua maioria, as bibliotecas públicas brasileiras não possuem recursos suficientes para se manter, para atualizar seus acervos, investir em tecnologia e muito menos na formação e qualificação de suas equipes, prescindindo muitas vezes do próprio profissional formado.

Em 2004 o MINC em convenio com o IBGE criou o Sistema de Informação e Indicadores Culturais (SNIIC) que apresentou como um dos resultados o Suplemento de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Municipais sendo publicado em 2009 um anuário como dados estatísticos culturais.

Segundo Lindoso (2004) “a percepção da importância das bibliotecas não surge espontaneamente na população. É um trabalho de décadas de conscientização e de investimento público [...]”.

Em 1992 no âmbito federal, foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), com o objetivo de fortalecimento das bibliotecas públicas por meio da “implantação de um processo sistêmico baseado em ações voltadas para a interação e integração dessas bibliotecas em âmbito nacional” (Biblioteca Nacional, 2006, p. 25).

Para muitos a concepção do SNBP foi inovadora no sentido de propor algo que abrangesse todo o país, porém, sua subordinação a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) limitou a dinamização e fortalecimento das bibliotecas públicas.

Em 1993 surge o programa Uma Biblioteca em cada Município que tinha o objetivo de implantar bibliotecas pelo país. Em mais uma ação tradicional o compromisso era distribuir estantes, livros e oferecer capacitação para o gerenciamento dessas bibliotecas.

Em 92 surge o *Proler* também vinculado a FBN que por meio de comitês regionais desenvolve ações em parceria com os órgãos municipais e estaduais. Sua sede se localiza no Rio de Janeiro, denominada Casa da Leitura e lá são oferecidas palestras, formação entre outras atividades.

No que tange o acesso à informação no mundo digital, o Programa Sociedade de Informação (SOCINFO) de 96 organizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia tinha a meta de conectar todas as bibliotecas públicas do país.

Porém, sabendo das precárias condições de comunicação do país em 2000 foi criado o Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações (FUST) pelo Ministério das Comunicações e com o objetivo de gerar recursos para cobrir os custos de infraestrutura para a universalização dos serviços de telecomunicações mas nunca saiu do papel.

Em 2003 é lançado o projeto *Arca das Letras* com o objetivo de criar bibliotecas rurais e formar agentes de leitura locais. Até 2008 haviam sido criadas 6 mil bibliotecas comunitárias rurais. Por fim o Programa Mais Cultura que possui três linhas de ação, sendo que a rede de bibliotecas públicas faz parte da primeira linha “Cultura e Cidadania” que tem como diretriz “Garantir o acesso dos brasileiros aos bens e serviços culturais”. Esse programa também ampliou o conceito dos Pontos de Cultura e criou os Pontos de Leitura incorporando experiências com bibliotecas comunitárias.

3.2. POLITICAS MUSEAIS

Criado pela CF/88 o plano plurianual PPA tem como finalidade articular o planejamento e o orçamento e deve ser integrado à lei de diretrizes orçamentarias e a lei orçamentária anual. Do PPA do segundo governo de FHC surge o programa Museu, Memória e Cidadania que tem como objetivo revitalizar os museus e criar condições para sua auto sustentabilidade. Porém na sua fase inicial esse programa só atendia aos museus da União.

Pensando nessa ampliação em maio de 2003 o MINC após amplo debate com a comunidade, lançou as bases da política com a apresentação do caderno “Bases para a Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania.”

A Política Nacional de Museus foi criada durante a gestão de 2003-2006 pelo Ministério da Cultura tendo sete eixos programáticos:

- Gestão e configuração do campo museológico,
- Democratização e acesso aos bens culturais,
- Formação e capacitação de recursos humanos,
- Informatização de museus,
- Modernização de infraestruturas museológicas,

- Financiamento e fomento para museus e
- Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos.

Entre as principais ações dessa política estão o Estatuto de Museus e o Instituto Brasileiro de Museus os dois entraram em vigor em 2009. Essas duas ações longe de ser apenas um normas fiscalizadoras tem caráter pedagógico e tenta adequar as instituições num padrão de gestão onde os museus possam cumprir sua função social. Para melhor consolidar a política o governo cria o Sistema Brasileiro de Museus sendo ele o órgão responsável pela gestão da Política Nacional de Museus.

O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) é uma autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura. Possui sede e foro em Brasília e conta com uma representação no Rio de Janeiro, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da federação. Foi criado a partir da Lei n.º 11.906, sancionada pelo ex-Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 20 de janeiro de 2009, que desmembrou do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional a Diretoria de Museus e as Unidades Museológicas.

O Instituto Brasileiro de Museus é o órgão responsável por desenvolver e aplicar a Política Nacional de Museus, bem como pela melhoria dos serviços do setor, tendo como objetivos, por exemplo, o aumento de visitação e arrecadação dos museus, o fomento de políticas de aquisição e preservação de acervos e a criação de ações integradas entre os museus brasileiros. O instituto também é responsável pela manutenção dos museus e casas históricas federais.

Outros programas inovadores são o iMuseus iniciativa pioneira que vis a criação de instrumentos de coleta e amplo compartilhamento de informações sobre os museus brasileiros e para museus brasileiros. As bases de dados criadas serão para melhor disseminação das instituições museológicas. E o Programa Bibliomuseus com o objetivo de preservar, divulgar a memória bibliográfica e documental das instituições museológicas.

4 CONCLUSÃO

Observou-se que as políticas públicas no âmbito da cultura, em especial nas áreas de biblioteconomia e museologia têm como objetivo a ampliação, produção,

democratização e consumo desse instrumento para a sociedade. O Estado não é produtor, mas a cultura é fator de desenvolvimento.

A existência de demanda requer planejamento nesse setor para a formação de parcerias como novos atores para o fortalecimento, implementação, execução e avaliação para que as mesmas não se interrompam como apresentando muitas vezes com as mudanças de governo ou o despreparo da equipe responsável.

Pois como mostrado é a partir da identificação de uma carência social que começa a se discutir políticas para atender a essa necessidade. Nesse caso no Brasil, o apelo em consolidar as bases institucionais da cultura no interior do Estado se evidencia nas ações e propostas, além da ampliação do conceito de cultura, que busca uma prática pautada na diversidade de temas e segmentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.313, de 23 de janeiro de 1997. **Lei Nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8313cons.htm>. Acesso em: 6 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.505, de 2 de janeiro de 1986. **Lei no 7.505, de 2 de Julho de 1986..** Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7505.htm>. Acesso em: 6 jul. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Artigo da Constituição nº Art. 216, de 1988. **Art. 216**. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_22.12.2010/art_216_.shtm>. Acesso em: 6 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre e DARBEL, Alain. **O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público**. São Paulo: Edusp/Zouk, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1998.

CALDAS, Karen Velleda; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. Cartas Patrimoniais, Legislação e a Restauração Do Grande Hotel De Pelotas: Breves Considerações. **Seminário de História da Arte**, Pelotas, v. 3, n. 1, p.1-14, jan. 2013. Anual. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/view/3049>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENECULT – ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Artigo**. Salvador: [s.n], 2007. p. 10 - 28. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2015.

CALDAS, Rosangela Formentini. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.21, n.3, p. 57-69, set./dez. 2011

HASITSCHKA, W.; TSCHMUCK, P.; ZEMBYLAS, T. Cultural Institutions Studies: Investigating the Transformation of Cultural Goods. **The Journal of Arts Management, Law, and Society**, v.35, n.2, p. 147-158, 2005.

MACHADO, Elisa Campos. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. **Incid: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [s.l.], v. 1, n. 1, p.94-105, 20 jul. 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i1p94-111. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42307>>. Acesso em: 06 jun. 2015.

MARTY, P. F. The Changing Nature of Information Work in Museums. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v.58, p.97-107, 2007.

PELEGRINI, Sandra C. A.. O Patrimônio Cultural e a Materialização Das Memórias Individuais E Coletivas. **Memória e Patrimônio**, São Paulo, v. 1, n. 3, p.84-100, jan. 2007. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

PELEGRINI, Sandra C. A.. O Patrimônio Cultural No Discurso E Na Lei: Trajetórias Do Debate Sobre A Preservação No Brasil. **Memória e Patrimônio**, São Paulo, v. 2, n. 2, p.54-70, jan. 2006. Semestral. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/33>>. Acesso em: 01 jul. 2015.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. **Transinformação**, [s.l.], v. 21, n. 3, p.207-223, 2009. DOI: 10.1590/s0103-37862009000300004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862009000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 2 jul. 2015.

SUAREZ, A. W.; TSUTSUI, N. D. The Value of Museum Collections for Research and Society. **Bioscience**, v. 54, n.1, Jan., p. 66-74, 2004.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília, UNESCO, 2006.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. In: BRANDT, Leonardo (Org.) **Diversidade cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas**. São Paulo, Escrituras/Instituto Pensarte, 2005, p. 207-214.